

ATA N.º 176 / XII / 4.ª SL

Aos sete dias do mês de abril de 2015, pelas dezasseis horas, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, na sala 7 do Palácio de São Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta Ata.

Foi a seguinte, a **Ordem do Dia** (OD):

1. Informações.
2. Pedido do Presidente da República de assentimento da Assembleia da República à sua deslocação à Noruega nos dias 3 a 6 de maio próximo, em Visita Oficial.
3. Apreciação do Requerimento do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, no sentido em que seja solicitado à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, (1ª Comissão), o pedido de elaboração de parecer sobre a inconstitucionalidade da Proposta de Resolução n.º **98/XII/4ª** - “Aprova o Acordo relativo ao Tribunal Unificado de Patentes, assinado em Bruxelas, em 19 de fevereiro de 2013”.
4. Distribuição de iniciativas:

Proposta de Resolução n.º **112/XII/4ª** - “Aprova a Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção do Terrorismo, adotada em Varsóvia, a 16 de maio de 2005” (BE).
5. Apreciação de Pareceres:

Proposta de Resolução n.º **98/XII/4ª** - “Aprova o Acordo relativo ao Tribunal Unificado de Patentes, assinado em Bruxelas, em 19 de fevereiro de 2013”.
Deputada Relatora, Maria Gabriela Canavilhas (PS)
6. Aprovação da Ata n.º 173, de 24 de março de 2015.
7. Outros assuntos.

Iniciada a sessão pelo **Ponto 1.** da respetiva Ordem, passou o Senhor Presidente da Comissão, Deputado Sérgio Sousa Pinto, a informar os restantes Deputados que terá lugar a **9 de abril, pela 09.30h**, na **Sala do Senado**, a audição pública sobre o Programa de Trabalho da Comissão Europeia (anualmente organizado pela CAE), a qual contará com a presença do Comissário Europeu para a Agricultura e Desenvolvimento Rural, Sr. Phil Hogan.

Mais informou que, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 4 do art.º 5.º, da Lei n.º 43/2006 (acompanhamento do processo de construção da União Europeia) a CAE solicitou eventuais contributos à CNEPC, no âmbito da elaboração do Relatório “Portugal na União Europeia”, os quais deverão ser remetidos até 30 de abril.

Passados ao **Ponto 2.**, foi apresentado e discutido o pedido do Senhor Presidente da República para assentimento da Assembleia da República à visita oficial que pretende efetuar à Noruega, nos dias 3 a 6 próximos. Verificados os pressupostos formais e demais aspetos redatoriais, a proposta foi submetida à votação, tendo sido aprovada por unanimidade dos Deputados presentes.

Já no **Ponto 3.** da Ordem,

Tomou a palavra a Senhora **Deputada Carla Cruz (PCP)** para sustentar o requerimento apresentado pelo seu Grupo Parlamentar, solicitando Parecer à 1.ª Comissão. Informou ter dado igualmente entrada na 4.ª Comissão, um requerimento de teor idêntico, realçando o impacto desta matéria no tecido empresarial e na economia nacional. Mais salientou que, na sequência da divulgação de um Parecer sobre esta matéria, da autoria do Senhor Professor Rui Medeiros, foram apontados diversos focos de inconstitucionalidade, que importa ver clarificados. Terminou, afirmando que na opinião do PCP, a 2.ª Comissão deveria solicitar à 1.ª um Parecer sobre a matéria.

Interveio o Senhor Deputado **António Rodrigues (PSD)** para estranhar a distração do PCP relativamente a uma iniciativa que já se encontra no Parlamento há mais de cinco meses. No seu entendimento, não faz sentido o pedido de requerimento do PCP e muito menos a sua replicação na 4.ª Comissão. Mais defendeu não ser este o momento de aferição de eventuais inconstitucionalidades acerca desta matéria, pelo que o PSD votará contra.

Interveio, seguidamente, o Senhor **Deputado Filipe Lobo D’ Ávila (CDS)** que acompanhou a posição manifestada pelo PSD. Notou a curiosidade de o PCP, principalmente através do Senhor Deputado Jorge Machado, cujas posições jurídicas têm sido frontalmente contrárias às manifestada pela “Sérvulo Correia e Associados” _ de que

o Professor Medeiros é o principal responsável __, vir agora e na matéria em apreço, secundar as posições jurídicas deste último. Referiu que todos os Deputados e Grupos Parlamentares terão oportunidade de manifestar as suas posições, designadamente aquando da discussão plenária desta matéria e, ainda antes, quando for apresentado e discutido o Parecer da Senhora Deputada Gabriela Canavilhas. Trata-se de matéria complexa, há mais de sete meses no Parlamento, que tem de ser encerrada, independentemente do gosto pessoal que sobre a mesma se tenha.

Retomou a palavra o Senhor **Deputado António Rodrigues**, para esclarecer que estava prevista para hoje a apresentação, na 4.^a Comissão, do Relatório sobre esta matéria, tendo sido informado pelo Relator indigitado __ o Senhor Deputado Ribeiro e Castro __ de que não irá ser apresentado qualquer Relatório. Relembrou tratar-se de uma iniciativa que se arrasta no Parlamento há demasiado tempo e que o seu Grupo Parlamentar na 4.^a Comissão dará seguimento à tramitação desta iniciativa. Contudo, não obstante reconhecer a existência de imponderáveis de ordem pessoal merecedores de atendimento e compreensão, o PSD não transige quanto à discussão desta matéria na CNECP, a qual deverá ficar concluída esta semana.

Tomou a palavra o Senhor **Presidente**, referindo que, nesta matéria, a 1.^a Comissão poderia, idealmente, pronunciar-se, pese embora não possua competência direta para tal. E é verdade que qualquer Deputado pode em qualquer momento aferir da eventual inconstitucionalidade de qualquer norma, não entendendo, portanto, a premência colocada pelo PCP na aprovação do seu requerimento o qual, de resto, parece vir fora de tempo.

Interveio a Senhora **Deputada Carla Cruz**, esclarecendo que o tempo escolhido pelo PCP para apresentação deste requerimento é da sua inteira e exclusiva responsabilidade. Todavia, disse que o PCP, mesmo tendo já percebido que o PSD e o CDS convivem bem com inconstitucionalidades, não prescinde de avaliar as implicações resultantes da aprovação desta medida, sendo que todos os cidadãos têm o direito de conhecer, com clareza, o direito que se lhes aplica.

Tendo o Senhor Presidente submetido o requerimento do PCP à votação, foi o mesmo rejeitado, com votos contra do PSD e do CDS, a favor do PCP, e com a abstenção do PS.

Passados ao **Ponto 4.**, procedeu-se à distribuição da iniciativa à margem identificada, a qual, pela grelha de rotação, coube ao PCP, que a aceitou.

Relativamente ao **Ponto 5.**,

Pedi a palavra a Senhora **Deputada Gabriela Canavilhas (PS)**, para agradecer todas as mensagens de solidariedade que entretanto recebeu. Explicou, seguidamente que, por motivos de ordem pessoal, não lhe foi possível concluir atempadamente o Parecer de que está incumbida no âmbito do Relatório em causa, pese embora poder assegurar a sua apresentação já na próxima quinta-feira, em sessão extraordinária desta Comissão.

Interveio o Senhor **Presidente** para, em nome da Comissão, apresentar as suas condolências à Senhora Deputada Gabriela Canavilhas, declarando-se concordante com a hipótese de reunir a Comissão, para tal efeito, na quinta-feira, sem prejuízo da audição dos restantes Deputados.

Retomou a palavra a Senhora **Deputada Carla Cruz** para declarar a sua discordância com tal hipótese, desde logo, pelo facto de o PCP ter agendado para quinta-feira à tarde uma interpelação ao Governo. Após o Plenário, haverá uma audição ao Senhor Comissário Europeu da Agricultura. Nem mesmo concorda com a realização da sessão extraordinária pelas 14.30 horas _ embora reconheça o esforço e a disponibilidade da Senhora Deputada Relatora _, pois não só se trata de matéria merecedora de tempo acrescido para discussão, como já tem agendado compromisso político para o mesmo horário.

Posto o que antecede, o Senhor Presidente colocou à votação uma proposta de marcação de sessão extraordinária da CNECP para a próxima quinta-feira, 9 de abril, pelas 14 horas, tendo por ponto único, a apresentação e discussão do Parecer da Senhora Deputada Gabriela Canavilhas, no âmbito da Proposta de Resolução n.º 98/XII/4.^a. A proposta foi aprovada, como os votos favoráveis do PSD, PS e CDS, tendo o PCP votado contra.

Transitados para o **Ponto 6.** da Ordem, foi lida a Ata n.º 173, de 24 de março, a qual foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes.

_____ // _____

Nada mais havendo a registar, o Senhor **Presidente** agradeceu a participação dos membros da Comissão, e deu por encerrados os trabalhos, cerca das dezasseis horas e trinta e cinco minutos.



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

Palácio de S. Bento, 7 de abril de 2015.

O Presidente da Comissão,

(Sérgio Sousa Pinto)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alberto Martins

Carina Oliveira

Carla Cruz

Carlos Alberto Gonçalves

Carlos Páscoa Gonçalves

Celeste Correia

Feliciano Barreiras Duarte

Filipe Lobo D' Ávila

Maria de Belém Roseira

Maria Ester Vargas

Maria Gabriela Canavilhas

Maria José Moreno

Maria Manuela Tender

Mário Magalhães

Nuno Magalhães

Paulo Pisco

Ricardo Baptista Leite

Sérgio Sousa Pinto

Ângela Guerra

António Rodrigues

Ricardo Santos



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Glória Araújo

Helena Pinto

Maria João Ávila

A presente Ata foi aprovada em reunião da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, realizada no dia 02/06/2015, existindo registo áudio integral da mesma, acessível em:

http://media.parlamento.pt/site/XIILEG/4SL/COM/12-CNECP/ CNECP_CDN_20150407.mp3